CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 16/05/2023 - 05:56

Regra fiscal poríbe concurso se governo exceder gastos

PODER

Âncora prevê sanções contra o governo

Acordo com líderes da Câmara define que o primeiro ano sem cumprir a meta fiscal deixará Executivo sujeito a penalidades, como impedimento de reajustar salário de servidor e criar cargos. Urgência será apreciada amanhã; votação fica para semana que vem

» VICTOR CORREIA
» TAÍSA MEDEIROS
» ANDREA MALCHER
» ROSANA HESSEL

O relator do arcabouço fiscal na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA), apresentou, ontem, o seu parecer, após reunião de líderes na residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e com a presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O texto será detalhado hoje, às 9h, na Casa, e o requerimento de urgência, votado amanhã. O cronograma atual é que o mérito da proposta seja votado até a quarta-feira da semana que vem.

Em conversa com jornalistas, depois do encontro, Cajado explicou que o relatório ainda está sujeito a mudanças e disse que acatará sugestões. "Não tenho nenhuma vaidade em querer construir as ideias da minha cabeça", ressaltou. "Todos os acordos que foram feitos são no sentido de que haja credibilidade e sustentabilidade fiscal das contas públicas."

Segundo o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), quase todas as legendas — a exceção é o PL — firmaram acordo pela votação por unanimidade tanto da urgência quanto do mérito da proposta.

Um dos acertos feitos entre os líderes é sobre a previsão dos gatilhos de contingenciamento para as contas públicas. Após o primeiro ano sem cumprir a meta fiscal, o governo fica sujeito a sanções, como não poder criar cargos, empregos, funções, ou alterar estruturas de carreira — caso de aumentos para servidores. As penalidades também serão aplicadas se as despesas crescerem acima de 95% da arrecadação.

Victor Correia/CB/DA Press

Cajado, com líderes, na saída da reunião na residência oficial da Presidência da Câmara: texto será detalhado, hoje, na Casa

De acordo com Cajado, as sanções serão obrigatórias. Foi incluído, porém, um dispositivo para que o presidente da República, em caso de descumprimento da meta, possa acionar o Congresso para que algumas sanções sejam suspensas, se demonstrar que as ações em curso são suficientes para corrigir o rumo fiscal. Também foi acordado que a política de valorização real do salário mínimo ficará fora dos contingenciamentos. O Bolsa Família também não está sujeito a sanções, segundo o relator, por ser despesa obrigatória.

Todos os líderes da Câmara estavam presentes no encontro: Eduardo Bolsonaro (PL-SP), André Fufuca (PP-MA), Hugo Motta (Republicanos-PB), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Antônio Brito (PSD-BA) e Fábio Macedo (Podemos-MA). Além de Haddad, estava presente o atual secretário executivo da Fazenda e indicado a um cargo de diretoria do Banco Central, Gabriel Galípolo.

Prioridade

Depois da reunião, Lira comentou nas redes sociais: "O dia foi bastante produtivo. Avançamos nas conversas com os líderes partidários para garantir o regime de urgência para a proposta do relator Cláudio Cajado sobre o novo Regime Fiscal Sustentável, na presença do ministro Fernando Haddad. O novo regime fiscal é prioridade para o desenvolvimento econômico e social do país".

Horas antes, Lira destacou que o novo arcabouço fiscal deve passar por "ajustes" até ser votado. "Os ajustes serão necessários. Temos de construir votos no plenário, e há determinados partidos que não votarão se o projeto for muito frouxo, for muito flexível, se não demonstrar as amarras e os enforcements necessários", alegou o presidente da Câmara, em entrevista à BandNews TV.

Também mais cedo, Haddad comentou que técnicos da pasta estão auxiliando os parlamentares com os cálculos dos impactos das mudanças no arcabouço. Ele, porém, evitou comentar sobre o texto, porque, conforme destacou, os líderes deveriam ser informados do conteúdo antes de todos.

Gleisi: aval à regra

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), disse que o partido apoia a regra fiscal proposta pelo governo e acredita que pode haver um projeto que não "desfigure" a ideia inicial.

Ela falou a jornalistas depois de reunião em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, explicou a proposta para a Executiva do partido. A regra fiscal proposta por Haddad vinha sofrendo críticas de petistas.

Gleisi afirmou que a reunião foi boa e em clima tranquilo. Segundo ela, a sigla tem cinco preocupações em relação à nova regra fiscal e as expressou a Haddad. São elas: os gatilhos de contenção de despesas, a possibilidade de o texto incluir contingenciamentos orçamentários, possível aumento da punição para o caso de o governo não cumprir as metas, eventual responsabilização criminal de governantes, e possível redução das bandas de despesa.

Sobre os gatilhos, ela destacou que o PT topa, se forem facultativos. Caso contrário, a legenda vai querer discutir os mecanismos no detalhe. Ela ressaltou que os contingenciamentos também podem ter o apoio da sigla, a depender da redação no relatório.

De acordo com Gleisi, é necessário esperar o texto do relator, Cláudio Cajado (PP-BA), para tomar uma decisão sobre o projeto. Segundo ela, todos querem que a nova regra fiscal tenha sucesso, e "o PT não faltará ao governo".

A parlamentar também enfatizou, depois de questionada, duvidar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva queira interditar as discussões sobre o assunto dentro do partido.

Lula enquadra PT para evitar racha

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vai aceitar a oposição do PT ao projeto de lei do arcabouço fiscal. O aviso foi dado, ontem, pelo chefe do Executivo, durante reunião com ministros da coordenação de governo e líderes da Câmara e do Senado, no Palácio do Planalto.

Lula afirmou que, mesmo não havendo acordo para o projeto do jeito que o PT gostaria, não admitirá racha em seu partido. Na prática, dissidentes podem até mesmo perder indicações no governo e para ocupar cadeiras em comissões parlamentares de inquérito (CPIs). Dos 37 ministérios, 10 são comandados por filiados ao PT.

Na semana passada, o Planalto vetou o nome do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) para compor a CPI dos atos golpistas. Foi uma "punição" por ele ter criticado a proposta da nova âncora fiscal. Para Lula, o mais importante no atual projeto é manter intacta a política de valorização do salário mínimo e o Bolsa Família. Uma das ideias em discussão, porém, prevê que "gatilhos" para bloquear gastos sejam acionados em caso de descumprimento da meta.

O chefe do Executivo aceitaria negociar até mesmo restrições a novas renúncias fiscais e a despesas com funcionalismo e concurso público, por exemplo. Não admite, porém, que o ajuste das contas públicas atinja o Bolsa Família, o mínimo e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Após a reunião no Planalto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se encontrou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e com o relator do projeto, Cláudio Cajado (PP-BA), para acertar a estratégia de votação, nos próximos dias. A equipe do governo se dividiu para tentar convencer deputados sobre a importância de aprovar o novo arcabouço.

Evaristo Sá/AFP

O presidente Lula não vai aceitar a oposição do PT ao projeto de lei do arcabouço fiscal

> Espero que o governo bata o pé e defenda o projeto original apresentado pelo Haddad"
>
> ***Lindbergh Farias,*** *deputado federal (PT-RJ)*

Na força-tarefa montada por Lula para aprovar o arcabouço, Haddad ficou encarregado de enviar integrantes de sua equipe técnica para explicar a deputados o impacto das medidas.

Ao mesmo tempo, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, terá conversas com líderes de partidos da base aliada, como MDB e PDT, e também com os que se dizem independentes, como União Brasil, PSD, Republicanos e Podemos.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), assumiu, por sua vez, a missão de "tourear" o PT e outros partidos de esquerda.

"Espero que o governo bata o pé e defenda o projeto original apresentado pelo Haddad", disse Lindbergh Farias, um dos petistas mais críticos à proposta. "O texto ainda está em disputa, e estou muito preocupado porque querem reintroduzir o contingenciamento de gastos, se não houver aumento da receita. Só que, num cenário como este, vamos cortar onde?", questionou.

Para Lindbergh, uma coisa é defender o arcabouço fiscal de Haddad, e outra, o relatório de Cajado, ainda mais duro. "Até agora, isso está parecendo um tratado de austeridade fiscal para atacar a política do salário mínimo no governo Lula", resumiu o parlamentar.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Pagina:** 2

Copyright © Clipclap 2025.